

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



NOVAS DERROTAS DO SALAZARISMO

A operação do «Santa Maria» foi uma luta contra o fascismo

UNAMOS E ORGANIZEMOS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

PARA DERRUBAR A DITADURA FASCISTA

«O governo fascista de Salazar está menos seguro no poder do que julga» — diz-se no Comunicado de Janeiro do Secretariado do C. C. do P. Comunista.

Na realidade, os factos ocorridos nos últimos dias de Janeiro e na primeira metade de Fevereiro — destacadamente a ocupação do «Santa Maria», as acções armadas dos patriotas angolanos e a representação de democratas portuguesas ao presidente fantoche Américo Tomás — mostram que o regime fascista atravessa novas dificuldades e que o povo português começa a viver um novo período de ascenso revolucionário.

Com a aproximação das eleições para a Assembleia Nacional, nas quais a oposição democrática se propõe intervir, estes factos revestem-se de um inegável significado para a luta popular contra o regime salazarista.

A operação do «Santa Maria» foi um revés político para o salazarismo

Qualquer que seja a opinião acerca da operação do «Santa Maria», da sua justeza política e da sua eficiência prática, o acto do capitão Henrique Galvão e dos seus companheiros é um acto de carácter vincadamente político, dirigido contra o governo de Salazar.

Ao contrário dos desejos e à mistificadora propaganda dos salazaristas, tendentes a considerar tal acção como um caso de pirataria à luz do direito internacional

e nesta base obterem a intervenção das forças imperialistas no apressamento do barco e na entrega dos seus ocupantes, a opinião pública internacional reagiu, porém, de maneira muito diversa.

A imprensa e a rádio de quase todos os países, mesmo dos parceiros de Portugal na NATO e na EFTA, assim como numerosas individualidades representativas dos mais diversos sectores de opinião, manifestaram a sua simpatia e apoio aos ocupantes do «Santa Maria». Nunca como agora foram tão amplamente denunciados os métodos terroristas e fascistas do governo de Salazar.

O governo mobilizou todos os seus recursos, influências e aliados no país e fora dele, desde Franco, Eisenhower, Kubitchek e os círculos reaccionários das várias colónias portuguesas espalhadas pelo mundo, até ao Cardeal Patriarca que, em nome do Episcopado Português, não hesitou em enfileirar

vergonhosamente ao lado dos inimigos do povo pedindo a intervenção das forças armadas americanas contra os patriotas que ocuparam o «Santa Maria».

A operação do «Santa Maria» constituiu uma séria derrota política e diplomática do governo salazarista.

A camarilha de Salazar, que nos últimos tempos tem acumulado desaires políticos em série, teve de saborear amargamente mais esta derrota, assim como a inconstância dos seus protectores imperialistas e a atitude inequívoca do novo governo brasileiro em defesa dos ocupantes do «Santa Maria».

Novas perspectivas favoráveis às forças democráticas

As consequências positivas da operação do «Santa Maria», junta- (continua na 2.ª pág.)

O POVO DE ANGOLA INICIA A LUTA ARMADA PELA SUA INDEPENDÊNCIA

Na madrugada de 4 de Fevereiro, grupos de patriotas angolanos armados lançaram um ataque conjunto às prisões de Luanda onde estão encerrados inúmeros lutadores pela independência do seu país. Apesar de repelidos pela polícia fascista portuguesa, os patriotas angolanos não retiraram sem combate, registando-se muitos mortos e feridos de parte a parte.

Desde então ainda não pararam as manifestações populares e choques nas ruas de Luanda e noutros pontos da colónia.

A repressão das autoridades salazaristas é feroz: sucedem-se as prisões e assassinatos de patriotas angolanos que defendem heróicamente a causa da sua independência. Muitas dezenas de angolanos perderam já a vida no meio das maiores torturas. No campo de concentração de Dalatando amontoam-se centenas de africanos que os fascistas se preparam para assassinar friamente. O terror domina em Angola.

Angola conquistará a independência

Os combates de 4 de Fevereiro não são um acontecimento ocasional. Eles revelam o grau elevado que atingiu a luta do povo de Angola pela sua independência. A partir de 4 de Fevereiro tornou-se impossível ao governo de Salazar continuar a falar na «tranquilidade absoluta» reinante em Angola. Se os massacres de Scolo Bengo, de Cabinda e outros puderam ser ocultados à maioria da opinião pública nacional e internacional, o mesmo não acontece com a acção de 4 de Fevereiro em Luanda: ela assinala o começo duma fase decisiva na luta do povo de Angola — e dos povos das outras colónias portuguesas — pela sua independência.

Durante longos meses, os legi- (continua na 6.ª pág.)

A REUNIÃO DE DEZEMBRO DO COMITÉ CENTRAL

UM GRANDE PARTIDO COMUNISTA factor decisivo para a vitória da causa democrática

A reunião do Comité Central do Partido Comunista Português de Dezembro p. p., brevemente noticiada no último número do «Avante!», representa uma verdadeira viragem na orientação política e no trabalho de organização do Partido.

Na presente situação nacional, quando ao nosso povo se coloca a urgente tarefa de derrubar a ditadura fascista e instaurar um regime democrático só um grande partido comunista pode unir e mobilizar a classe operária, a classe mais capaz de unir à sua volta a grande massa dos trabalhadores da cidade e do campo e as mais amplas camadas populares.

A aplicação das resoluções saídas da Reunião do Comité Central, que estabelecem as medidas essenciais para o revigoramento político e orgânico do Partido Comunista é, por isso, do interesse, não somente dos comunistas, mas de todos os trabalhadores e democratas, de todos os que reconhecem a força e o papel revolucionário da classe operária na luta pela conquista das liberdades democráticas.

A organização, índice de força

A força e influência do partido político da classe operária como de qualquer movimento popular mede-se fundamentalmente pela força da sua organização.

As resoluções saídas do Comité Central assentam na convicção de que não é possível derrubar um poder tão monstruoso como a ditadura de Salazar, sem um forte, bem estruturado e combativo Partido Comunista, cuja organização mergulhe as suas raízes nos pontos decisivos da vida e da luta das massas populares e que seja a vanguarda dum amplo movimento popular organizado que se desdobre nas diversas frentes a luta anti-salazarista.

O Comité Central analisou corajosamente as debilidades da organização do Partido, determinou-lhes as causas políticas e ideológicas e apontou o caminho para as vencer com rapidez. O Comité Central chama todos os comunistas a desenvolver os maiores esforços e energias, a pôr à prova o seu espírito de iniciativa e sacrifício a fim de que o conjunto do Parti-

do, como um todo, se lance ao combate pelo alargamento e fortalecimento da organização do Partido.

Ao mesmo tempo, um tal esforço organizativo deve estar no centro de toda uma actividade de organização popular, de carácter unitário, para a condução da luta pelas reivindicações económicas e políticas da nação portuguesa, seja nas fábricas ou nos campos, nos sindicatos e escolas, nas cidades, vilas e aldeias, em toda a parte onde se imponha travar combate contra a política anti-popular do governo salazarista.

Erros a corrigir

As Resoluções do Comité Central apontam os erros que estão na origem das debilidades de organização do Partido. A crença numa solução pacífica do problema político português, assente na teoria da desagregação automática e irreversível da ditadura fascista, conduziu ao culto da espontaneidade no terreno da organização.

(continua na 2.ª pág.)

LIBERDADE PARA

MANUEL RODRIGUES

Manuel Rodrigues da Silva passou já mais de 20 anos nas prisões fascistas. A PIDE prepara-se para em Março próximo lhe prorrogar pela segunda vez as «medidas de segurança», isto é, para o condenar 3 vezes sucessivas em «medidas de segurança».

Apelamos para que todas as pessoas de coração, dignas e corajosas, exijam dos Ministérios da Justiça e do Interior a libertação imediata de Manuel Rodrigues, impedindo assim a prisão perpétua a que o governo o quer submeter.

A REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

(continuação da 1.ª pag.)

O Partido sobrestimou as suas forças, deu delas uma visão errada à classe operária e ao povo, ao mesmo tempo que subestimou as do inimigo fascista. Foi assim dado um panorama da organização partidária que não correspondia ao seu estado real e que não ajudou cada comunista e cada trabalhador a compreender a importância da organização e a necessidade de multiplicar esforços para enquadrar e estruturar os homens e mulheres mais combativos do nosso povo não só no Partido Comunista como nos movimentos e organizações unitárias e democráticas.

Corrigir os erros políticos e ideológicos que estão na base das debilidades orgânicas do Partido, é uma tarefa urgente e indispensável de todos os militantes do Partido, do topo à base.

O Partido chama às suas fileiras os comunistas «sem-partido»

O Comité Central salientou a necessidade de chamar às fileiras do Partido todos os trabalhadores e homens honrados verdadeiros comunistas sem-partido que se destacam nas lutas populares e que, em numerosas jornadas, têm dado mostras de combatividade e da sua simpatia e admiração pelos ideais do comunismo e o Partido Comunista.

Principalmente, o Comité Central apela para os simpatizantes e amigos do Partido para que tomem todas as responsabilidades inerentes à condição de membros do Partido, para que se desafiem dos seus receios, limitações e ressentimentos e mobilizem as suas capacidades e energias em prol da grande causa do comunismo e do Partido.

Quadros jovens, firmes e confiantes

As resoluções do Comité Central sublinham a necessidade de atrair, seleccionar e promover com audácia quadros jovens, firmes e confiantes que deem ao Partido o vigor do seu entusiasmo, dedicação e dinamismo. Esses jovens quadros existem nas fabricas, nos campos, nas escolas, em toda a parte onde pulsa a luta e a vida do nosso povo.

A firmeza, confiança e dinamismo dos quadros jovens, juntamente com a experiência revolucionária dos velhos quadros do Partido, podem operar verdadeiros sucessos da luta de massas e da mobilização popular contra a ditadura fascista.

MORREU EUGENE DENNIS

É com mágoa que nos solidarizamos com o Partido Comunista e a classe operária norte-americana pela morte do camarada Eugene Dennis, Presidente do Comité Nacional do Partido Comunista dos E. U. A. e grande lutador pela causa da Paz, da Democracia e do Socialismo. «Avante!» presta homenagem à memória deste dirigente do proletariado.

Defrontamos uma ditadura feroz com um forte aparelho repressivo

A condição essencial para a continuidade de acção do Partido Comunista é a defesa dos seus quadros e organizações.

Defrontamos uma feroz ditadura fascista, dotada dum forte aparelho repressivo que dispõe de meios poderosos de combate ao Partido e às forças democráticas.

A existência duma densa rede de organizações, estruturadas nas fábricas e nos campos, nas regiões e locais, no plano nacional, é a melhor defesa contra as arremetidas da polícia e, por sua vez, a defesa das organizações é a condição essencial para o alargamento e reavivamento do Partido.

Por isso as resoluções do Comité Central salientam a necessidade de organizar para defender e defender para organizar.

Em defesa dos princípios leninistas de organização

O Comité Central submeteu ao fogo da crítica e da auto-crítica os desvios dos princípios leninistas no terreno da organização, verificados nos últimos 4 anos na actualização do Partido. A crença numa so-

lução fácil e pacífica da situação nacional e na desagregação automática e irreversível do fascismo foi acompanhada por uma tendência anarco-liberal no trabalho de organização e de direcção do Partido que muito afectou os princípios basilares sobre que assenta um partido leninista.

As Resoluções do Comité Central constituem uma reposição dos princípios leninistas do centralismo democrático no trabalho de direcção e organização do Partido e asseguram a unidade monolítica e o Partido na grande batalha pela democracia e pelo socialismo no nosso país.

Seguro da sua força real, da solidez dos seus princípios e da justiça dos seus objectivos, o Partido Comunista, unido como um só bloco, lançar-se-á ao combate pela rápida eliminação das suas deficiências e debilidades no terreno da organização.

Avante por um forte Partido Comunista!

NOTA DA REDACÇÃO. No número de Janeiro do «Avante» a notícia publicada continha uma imperante inexactidão. Ao contrário do que dissemos, não foi lido na reunião de Dezembro do C.C. nenhum documento elaborado pelo cam. Duarte intitulado «A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção». Este é o título dum documento elaborado pela Comissão Política discutido e aprovado pelo Comité Central nessa reunião.

NOVAS DERROTAS DO SALAZARISMO

(continuação da 1.ª pag.)

mente com as acções armadas do povo angolano contra o colonialismo português, animaram as forças democráticas e abriram novas perspectivas favoráveis ao derrubamento do fascismo.

Neste sentido tem um especial significado a representação dos Drs. Azevedo Gomes, Eduardo de Figueiredo e Acácio de Gouveia ao presidente fantoche Américo Tomás. O Partido Comunista apoia e solidariza-se com estes democratas contra todos os ataques e perseguições que lhes estão a ser movidas e afirma que os termos da sua representação reflectem em muitos aspectos o sentir da imensa maioria do povo português.

O Partido Comunista apela para que todos os portugueses se solidarizem e manifestem por todas as formas o seu apoio aqueles democratas e proclama que a sua defesa contra as perseguições salazaristas se integra na luta nacional e popular pelas liberdades democráticas fundamentais.

É a luta e a unidade do povo português o que decidirá da questão do regime

Apesar das consequências positivas da operação do «Santa Maria» e da nossa inteira solidariedade aos patriotas que nela participaram, o Partido Comunista sente-se no dever de alertar o povo português contra as ilusões que tais formas de luta poderão semear entre os democratas portugueses.

Trata-se, sem dúvida, dum acto corajoso dum grupo de anti-salazaristas e pessoalmente do capitão Henrique Galvão. Mas tais formas de luta não decidirão da situação nacional.

Igualmente as acções dispersas e isoladas das massas não têm possibilidade, só por si, de resolver a questão do regime. Seria erróneo pensar que o governo salazarista, que se mantém no poder pelo apoio dum forte aparelho repressivo e militar, poderá ser desalojado pela decisão voluntária do fiel laçao de Salazar que se senta na Presidência da República.

A libertação do nosso povo não poderá ser o resultado duma acção vinda do exterior, ou de qualquer acção dispersa e isolada das massas, mesmo que meritória, sincera e combativa.

A conquista das liberdades democráticas terá de ser realizada pela unidade e a luta das massas populares através dum verdadeiro levantamento nacional que escorraça do poder a camarilha fascista.

O assalto ao poder tem de ser activamente organizado pelas forças da oposição. Devem urgentemente vencer-se todas as dificuldades e ressentimentos que ainda obstaculizam o rápido e indispensável entendimento entre as forças democráticas e mobilizar todas as energias com vistas ao derrubamento do fascismo.

Urge aproveitar todas as possibilidades para unir e organizar as massas populares e as forças políticas da oposição. É necessário formar milhares de organismos populares, eleitorais, cívicos, sindicais e outros, que expressem a unidade de todos os anti-salazaristas e enquadrem todos os portugueses e portuguesas desejosos de acabar com a opressão fascista e de edificar um Portugal livre, feliz e democrático.

Os comunistas perante

OS TRIBUNAIS PLENÁRIOS

No último número do «Avante!» demos ideia da extensão dos crimes praticados pelos juizes dos tribunais políticos fascistas (num só ano judicial, 732 anos de condenações). Contudo, nem as presções de toda a ordem, nem estas pesadas condenações conseguem quebrar o moral elevado e a noção de dignidade dos comunistas quando têm de enfrentar os venais juizes fascistas.

Vários comunistas têm sabido defender corajosamente o seu Partido, desmascarar com vigor a política repressiva e anti-nacional de Salazar, denunciar o carácter arbitrário dos tribunais plenários, as torturas e maus tratos da PIDE.

Membros destacados do Partido Comunista ultimamente julgados e condenados como Afonso Gregório, Sofia de Oliveira, Alda Nogueira, Joaquim Correia, Carlos Brito, Rolando Verdial, Ivone Lourenço, António Santo, e muitos outros militantes comunistas têm assumido uma posição combativa e digna ante os tribunais e muitos têm sido expulsos da sala de audiências sem terem podido defenderem-se e sequer ouvir as iníquas sentenças a que têm sido condenados.

José Magro, membro do Comité Central, foi expulso do Tribunal e metido no segredo à ordem do erapuloso juiz Silva Caldeira e da PIDE. Enquanto lhe foi possível falar, José Magro denunciou os entraves postos à sua defesa e tentou defender o seu Partido e desmascarar os verdugos do povo no que foi impedido pela sua expulsão do Tribunal.

Carlos Aboim Inglês, suplente do Comité Central, fez a defesa política do seu Partido negando ao Tribunal autoridade para julgar os comunistas, e desmascarou a falsidade das acusações de ferrosismo feitas pelo juiz Caldeira ao Partido Comunista Português. Mandado calar e expulso do Tribunal, Carlos Aboim Inglês gritou para os seus verdugos: «Não admito lições de moral deste tribunal! Não recebo lições de moral dum fascista!»

Armando Rodrigues Norte, funcionário do Partido, impedido de fazer a sua defesa pelo juiz Caldeira, desmascarou o tribunal e foi expulso da sala saltando vivas ao Partido Comunista, à liberdade e à democracia.

Ante a polícia como ante os juizes vendidos dos tribunais fascistas os comunistas mostram a sua heroicidade e valentia em defesa do seu Partido e da causa justa por que lutam.

ELEIÇÕES SINDICAIS

Nos primeiros meses deste ano devem, legalmente, realizar-se eleições em muitos sindicatos. Exijamos que estas eleições se realizem de facto, e organizemos a luta para a eleição de Direcções sindicais constituídas por homens honrados.

Reportagem DEZENAS DE BARRACAS INCENDIADAS PELA G.N.R.



— Foi há 5 semanas. Quando eu me estava a levantar para ir para o trabalho abri a porta e vi uma força da GNR de Braço de Prata que já tinha mandado retirar alguns dos meus vizinhos das barracas. Como não obedecemos, foram buscar umas latas de gasóleo que traziam na camioneta, puseram um «ieep» com duas metralhadoras em frente das barracas, começaram a regá-las com gasóleo, obrigaram-nos a sair e largaram-lhes fogo. Nem as telhas se aproveitaram, ficou tudo estilhaçado. Parte das pessoas vieram para aqui, outras foram para outros lados».

— O senhor já lá morava há muito tempo?

— «Havia nove anos. A gente não tem dinheiro para alugar casas. Com este meu filho — disse pondo a mão na cabeça de uma criança de uns 7 anos com aspecto doentio — tenho gasto o que posso e o que não posso. Anda em pé à força de remédios. Teve uma meningite tuberculosa e saiu há pouco do hospital».

Depois de saber que eu também era operário, o homem chamou-me para dentro da barraca. Tive então ocasião de ver a situação daquela família. Dentro daquelas tábuas vi dois colchões que já foram parecidos com colchões. Um era para os pais e o outro para os três filhos. Uma mala velha, umas loiças e mais nada.

Despedimo-nos. Pai dar uma volta. Sacavém está infestada de barracas. Os sítios e as condições em que elas se encontram são confrangedoras.

Na azinhalga da Quinta da Serra com 2 m. de largura e com um muro de cada lado de 2,5 e 3 metros de altura, existem 60 barracas. A sua largura é apenas de 1,70 m. ficando um pequeno corredor onde para se passar na maior parte do percurso temos que nos voltar de lado. Quando lá passel, logo à entrada vi um homem em frente da porta da sua barraca a limpar um rego por onde corriam todas as imundícies. As crianças dificultavam-me a passagem. No trajecto, a voltar-me de lado de vez em quando, encontrei um

mulher a quem disse: — Isto aqui no verão deve ser terrível!

— «No inverno ainda é pior — disse-me ela — caem-nos os beirais em cima».

A azinhalga que fica entre a Quinta da Serra e a Quinta das Pretas em nada é melhor do que a anterior. Entretanto lá se vai enchendo de barracas e crianças. Há 15 dias havia lá 20 barracas. Agora são já umas 50 e as marcações continuam às dezenas. Sabéis de que são feitas estas habitações? De bocados de tábuas velhas das obras, de caixotes de sabão e de peixe, de folhas velhas, de pedaços de encerrado e até de pedaços de papelão.

Num caminho velho que segue para Camarate, vi um pequeno bairro de 25 barracas. Estas encontram-se debaixo de um rochedo. No inverno há água por todos os cantos. E sempre crianças, muitas crianças. Os pais trabalham na Margarina, no Torrado, na Prelham na Margarina, no Torrado, na Prelham e noutras fábricas da região.

Nesta minha volta por Sacavém e imediações vi 600 e tal barracas onde vivem milhares de crianças, homens e mulheres a quem o trabalho brutal, a fome e as doenças dão um aspecto de velhos. Velhos propriamente há poucos, porque esta vida dura ceia-os cedo. Algumas destas barracas eram habitadas por casais com 4, 5, 6 e até 8 crianças. Aqui e ali havia ainda restos de barracas queimadas pelos inimigos do povo.

Voltei para casa mais triste e revoltado.

Porque são os trabalhadores obrigados a viverem nestes miseráveis bairros?

Para onde vão os milhões de contos que nós pagamos para a Previdência e com os quais se podiam construir dezenas de milhares de casas?

Porque manda o governo incendiar as pobres barracas dos trabalhadores em vez de resolver o problema da habitação com os milhões de contos que gasta na preparação de guerras coloniais, com a PIDE, GNR, a Legião, etc?»

Revigoremos as lutas da CLASSE OPERÁRIA

As condições de vida dos trabalhadores vão piorando sempre. Enquanto tudo encarece, desde os géneros aos transportes e às rendas de casa, os salários ficam na mesma ou sobem muito devagar. A enxurrada de novos contratos colectivos, assinados no meio de grandes discursos do ministro Veiga de Macedo, só nos jornais melhora a vida dos operários. As realidades são um pouco diferentes.

Os têxteis, por exemplo, que «no papel» tiveram aumentos de 4\$50 a 9\$00, na sua maioria não passaram a receber nem mais um tostão; alguns tiveram aumentos de 2\$00 e muitos outros, de 1\$00 \$60 e \$40!. A grande maioria da classe não teve qualquer benefício, quer porque já arrancara pela luta salários mais elevados que os do despacho de 1952, quer porque o ministro nada determinou quanto ao preço das empreitadas, que hoje predominam. Férias de 100\$, 80\$ e até 60\$, esta é a realidade que encaram ao fim de cada semana as operárias têxteis.

A diminuição do salário real é o quadro que se apresenta por todo o lado. Eis um exemplo que nos é relatado por um nosso correspondente de Pero Pinheiro: «Em 1948 um trabalhador das pedreiras ganhava 27\$ por dia e tinha em certas empresas um suplemento de 5\$ ou 6\$ para fazer face aos descontos para a Caixa de Previdência e outros; numa semana o operário ganhava 180\$80. Hoje, passados 12 anos, o mesmo trabalhador ganha por 6 dias, a 33\$, e tendo os mesmos descontos, 184\$30. Tivemos 3\$50 de aumento em 12 anos!»

Perante os salários de fome, perante os autênticos roubos que são os descontos para a Previdência, perante as empreitadas extenuantes e o desemprego sempre crescente, só se abre à classe operária o caminho da luta. É inútil esperar por uma melhoria espontânea das condições de vida; a dura experiência indica aos trabalhadores que só lutando organizadamente podem arrancar dos patrões e do governo melhores condições de vida.

É preciso que em debates nas fábricas sejam escolhidas comissões de trabalhadores para dirigirem a luta. As expressões com assinaturas, as concentrações na gerência e nos Sindicatos, os protestos, as paralizações de trabalho, só surgirão como fruto de uma persistente luta de esclarecimento e organização diária dos trabalhadores.

Se os trabalhadores mais activos e conscientes se dedicarem a um sério trabalho de organização, o descontentamento existente transformar-se-á numa poderosa onda de lutas. Essas lutas impõem-se, não só para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, como para elevar a acção dirigente da classe operária na luta política para o derrubamento do fascismo.

Avante por novas lutas da classe operária!

Recentemente, no sítio do Olivai, próximo de Sacavém, soldados da GNR regaram com gasóleo e incendiaram trinta e tal barracas. Um colaborador do «Avante!» pôde colher os queixumes e os protestos indignados dos pobres moradores. É a sua reportagem que a seguir publicamos.

«Quando eu passava pela azinhalga da Quinta da Serra encontrei uns homens e mulheres a cortar silvas e a fazerem marcações para barracas. Admirado, porque um mês antes ainda ali não havia barracas, avancei até junto de uma já meio construída com pedaços de tábuas muito velhas, umas chapas e linhagem de sacas (2 m. de comprimento por 1,5 m. de largura) e dirigi-me a um homem ainda novo: — Que se passa? Vocês mudaram agora para aqui?»

— «Pois os bandidos assim querem! Queimaram-nos as barracas lá em cima, ao pé da Rotunda da Encarnação!»

Eu já sabia, mas perguntei: — Como é que isso se passou?»



TRIBUNA DO LEITOR

O naufrágio na barra de Viana

Viana do Castelo: Uma vez mais está de luto o Bairro Piscatório desta cidade. Passados precisamente onze meses da brutal tragédia do «ARROGANTE» em que pereceram 7 pescadores, naufragou o Salva Vidas dos Socorros a Naufragos, desaparecendo nos vagues três dos seus bravos tripulantes entre os quais e velho e estimado lobo do mar MESTRE CESAR. Posteriormente, ao ser escrita esta notícia, mais dois naufrágios de vários barcos estiveram iminentes, causando horas de angústia entre as pobres mulheres do «BAIRRO DOS LUTOS».

Assiste-se no entanto, qualquer que seja o grau de tragédia e o número de vidas roubadas, à mais revoltante indeferença por parte do governo e das autoridades responsáveis. Mesures na hipocrisia, estas organizações pedifóricas em favor dos órfãos e viúvas e por aí ficam. A causa das tragédias, a BARRA absolutamente impraticável com um vento mais fresco, não se dá atenção. Mais um naufrágio? Ora, outro pedifório e está tudo arrumado. No entanto seria tão fácil acabar quase de uma vez — se não de todo — com a série negra de mortes e perdus de barcos e redos! Auscultem-se os práticos da barra e logo surgirá um primeiro remédio: a destruição do cais chamado da «TORNADA». Este negro muro de pedra, pela sua situação, fez refluir com extrema violência as vagas arreMESSADAS pelas fúrias da norteada e que, conjugado quando das vazantes com a violência da corrente do rio Lima faz da entrada da barra uma verdadeira entrada do inferno. A pesar das queixas dos velhos pescadores, a pesar dos naufrágios constantes o mortes em série que fazem da barra um verdadeiro cadafalso, o cais lá está, a força mantém-se erguida pronta a devorar mais vidas.

Porque se não destroi o cais da «TORNADA», causa de tantas mortes? Porque se não constrói um porziinho de abrigo ao sul do Cabedelo, um pequeno molhe que por uma noite tempestuosa protegesse os frágeis bales? Isto, pescadores de Viana, isto está ao vosso alcance. Ide à Capitania, fazel concentrações junto do Governo Civil, orfãos e viúvas à frente, constituí comissões e levai o caso do «CADA-

FALSO DA BARRA» até ao Ministro da Marinha. Pelo menos exige a destruição imediata do Cais da Tornada para que as mortes cessem na nossa Ribeira e as nossas mulheres não vistam luto prematuro.

Um vianense

Por eleições livres nos sindicatos

ÉVORA: No Sindicato da construção civil de Évora deu-se uma cena lamentável que podia ter sido fatal para o sócio João da Maia. O Presidente da Direcção do Sindicato, conhecido pelo «Serpa» puxou duma pistola para dosfechar sobre o João da Maia; este caiu porém para o chão ficando ferido. Terve de ser levado para o hospital.

Porque se deu esta cena? Há muitos anos não se dão eleições no Sindicato. No passado foi presidente da Direcção o pai do

«Serpa», cargo que exerceu até morrer. O filho, ou seja o «Serpa», desejava-lhe a morte para ocupar o lugar do pai. Assim o cargo já vem do pai para filho como um herança, o que faz com que o «Serpa» se apossenheasse do Sindicato como coisa sua. Comia e bebia e tirava para suas estrevagâncias não se lembrando que o dinheiro provém dos sócios, que muitas vezes devido ao desemprego não têm dinheiro para pagar as cotas.

Foi precisamente porque João da Maia tinha as cotas em atraso que o «Serpa» puxou da pistola e à força queriu que ele as pagasse. Isto deu burburinho e falatório por toda a cidade o que fez com que a questão fosse parar ao tribunal.

Que se faça justiça e também eleições no Sindicato para terminar com estes embolicos que nada fazem no interesse do classe.

Um operário de Évora

Duas greves

Nas selinas da Figueira da Foz os descarregadores e descarregadeiras de sal que ganhavam, respectivamente, 40 e 20\$00, uniram-se e exigiram aumento de 10\$ para os homens e 5\$00 para as mulheres. Como os patrões não quissem ceder, os operários puseram-se em greve.

Perante a sua unidade e uma tal determinação de luta, os patrões viram-se obrigados a darem os aumentos de salário exigidos.

Nos campos de Vale de Madeiras, perto de Pinhel, os camponeses pediram 20\$00 de jorna para o trabalho da apanha da azeitona. Os proprietários não quiseram dar tal jorna. Então, os camponeses foram para a greve. Perante esta

atitude dos camponeses, os proprietários tentaram a apanha da azeitona com ranchos de fora, mas os trabalhadores de Vale de Madeiras não consentiram que estes ranchos pegassem no trabalho.

Os proprietários ainda não cederam, mas os camponeses continuaram em greve e a azeitona continua por apanhar.

Trabalhadores de Vale de Madeiras: mantendo-vos unidos e firmes, vós vencereis. A vossa luta indica o caminho que devem igualmente seguir todos os operários agrícolas das Beiras: elegerem as suas Comissões de Unidade, reclamarem aumentos de salários, e apoiarem em massa as suas reclamações.

UMA LEI DEMAGÓGICA que só beneficia OS GRANDES AGRÁRIOS

Há 14 anos publicou o Governo uma «Lei de Melhoramentos Agrícolas» ao abrigo da qual se dizia ir realizar-se uma vasta obra de fomento agrícola por meio de empréstimos concedidos pelo Estado aos agricultores.

Ao ser agora publicada uma nova «Lei de Melhoramentos Agrícolas», o secretário de Estado da Agricultura, eng. Quartim Graça, fez um balanço do que foi realizado ao abrigo da lei anterior, afirmando que os resultados obtidos foram «francamente animadores», e referindo-se «À vasta obra de fomento há 14 anos iniciada» chegou ao ponto de dizer «*não haver em qualquer parte da Europa forma mais social e compreensível de ajudar e incitar quantos se consagram às fainas agrícolas*».

Porém, a realidade desmente por completo as palavras do sr. Quartim Graça. Ele próprio diz que o montante dos empréstimos concedidos foi, durante os 14 anos, de 468.503 contos (isto é 8 vezes menos que o que se prevê gastar num ano — 1961 — só com as despesas de carácter militar e de «segurança» — 3 milhões e 925 mil contos).

Tendo em conta que há no nosso país, segundo as estatísticas oficiais 353.568 explorações agrícolas, conclui-se que a média destes empréstimos por ano e por exploração agrícola foi de cerca de 40\$00! Vê-se assim que, à escala nacional, os empréstimos concedidos pelo Estado para fomento agrícola foram simplesmente desprezíveis. Aliás, a insignificância do fomento realizado com tais empréstimos pode ver-se também através do número de obras de fomento levadas a cabo. Foram 31.641 as obras realizadas em 14 anos. Isto é, em 14 anos foram realizadas obras, com empréstimos do Estado, num máximo de 31.641 explorações agrícolas e não o foram portanto em, pelo menos, 821.927 explorações.

Com uma tal «política de fomento» não admira que a nossa agricultura seja precisamente a mais atrasada da Europa e viva a situação ruínosa que presentemente atravessa.

Em resumo, ao contrário do que mentirosamente diz o secretário da Agricultura, os números dizem que os empréstimos concedidos pelo Estado aos agricultores foram mais que insignificantes: foram ridículos.

Contudo, convém ainda saber: a quem foram estes empréstimos concedidos? Aos pequenos agricultores ou aos grandes agrários?

Diz o Sr. Quartim Graça que foram aos pequenos agricultores, mas os números desmentem-no mais uma vez e dizem precisamente o contrário. Repare-se que, segundo as suas próprias palavras e números, os empréstimos concedidos para obras de rega e para «a construção de barragens interessando sobretudo a grande e média propriedades», bem como para a construção de oficinas tecnológicas (que, como é óbvio, não foram construídas nas pequenas explorações) foram, no total, de 433.073 contos, o que significa que 92% dos empréstimos foram concedi-

dos, de facto, quase exclusivamente aos grandes agrários.

Tal é a realidade, absolutamente oposta à demagogia governamental, mas bem de acordo com a política efectiva do Governo: servir os grandes para estes melhor esmagarem os pequenos.

É, neste aspecto, a nova «Lei de Melhoramentos Agrícolas» é particularmente elucidativa. Anuncia o ministro «*providências no sentido de possibilitar o acesso à terra fomentando a constituição de unidades económicas de tipo familiar*». Mas o que na realidade a lei estabelece é a concessão de empréstimos «*para a aquisição de terrenos encravados e de parcelas ou prédios cuja área não exceda 5.000 metros quadrados*». Explorações agrícolas com menos de meio hectare há no nosso país cerca de 240.000. E com estas pequenas explorações familiares que o Governo quer acabar. As centenas de milhares de proprietários destas pequenas explorações, bem como de parcelas encravadas, estão portanto directamente ameaçados pela nova lei, tanto mais que a chamada «Lei de Emparcelamento» irá prever a venda compulsória das pequenas propriedades.

Como se vê, mais uma vez o ministro diz uma coisa, mas a realidade diz-nos outra completamente oposta.

Muitos outros são os aspectos negativos desta lei que, tal como a anterior, em nada beneficiará os pequenos e médios produtores.

O P.C.P. alerta todo o campesinato contra esta demagógica «Lei dos Melhoramentos Agrícolas» e contra a futura lei de emparcelamento que visará a expropriação de milhares de pequenos proprietários

OIÇA A RÁDIO!

MOSCOVO: Diariamente, em português, das 21 às 21,30 pelas ondas de 41 e 49 metros; e das 21,30 às 22 horas em 31, 41 e 49 metros.

PRAGA: Diariamente, em português, das 18,30 às 19 h. e das 23,30 às 24 h. em 16, 19 e 25 metros; e em ondas médias, em 233 metros.

CONTRA O ENCERRAMENTO DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Prosseguindo a sua política de repressão contra os estudantes, e em particular contra os estudantes coloniais, o governo demitiu a Direcção livremente eleita da Casa dos Estudantes do Império, e nomeou em sua substituição, uma Comissão Administrativa fascista.

Esta arbitrariedade insere-se na política odiosa do governo contra os povos coloniais. Mas os estudantes coloniais não ficaram parados. Numa grande manifestação de unidade e alívio, eles reagiram vigorosamente, realizando assembleias de protesto, publicando documentos a desmascarar a acção dos Ministros da Educação e das Colónias, enviando telegramas e exposições a estes ministros e forçando-os a receberem as suas de-

Os monopólios contra a nação

QUEREM EXTORQUIR AOS PORTUENSES MAIS 10.000 CONTOS

Porto — Reina nesta cidade a mais profunda indignação contra um despacho do Ministro da Economia que visa forçar os consumidores de electricidade a pagar 10.000 contos anuais para a Empresa Termo-Eléctrica.

O aumento do preço das tarifas que este roubo de 10.000 contos implica, significará para os portuenses mais um grande agravamento do custo de vida.

E para quem irão estes 10.000 contos? Isto é, a quem pertence a Termo-Eléctrica? A Termo-Eléctrica pertence à Hidro-Eléctrica do Douro, à Companhia Nacional de Electricidade e à Hidro-Eléctrica do Zézere que por sua vez pertencem, como aliás quase todas as empresas eléctricas «portuguesas», directa ou indirectamente, aos filhos do Delfim Ferreira, ao Baço Morgan (americano), ao trust internacional SOFINA, à General Electric (americana) e à Companhia Carris de Ferro de Lisboa (inglesa).

MARTINS & REBELO CONQUISTA A ILHA DA MADEIRA

Funchal — O monopólio de lacticínios Martins & Rebelo acaba de marcar mais um ponto: ele obteve do Ministro da Economia um decreto que força 30 fábricas de lacticínios da Ilha da Madeira a entrarem para uma empresa única, conquistando assim juntamente com A.C. Burnay o controle dos lacticínios madeirenses.

As cooperativas dos produtores de leite ficarão inteiramente à mercê destes monopólios, isto é, serão na prática destruídas e os pequenos produtores passarão a ser explorados pelo monopólio Martins & Rebelo.

Esta protecção que o Eng.º Ferreira Dias dá aos monopólios é tão

Só no ano de 1959, nove empresas «portuguesas» de electricidade, que pertencem essencialmente aos citados monopólios estrangeiros, tiveram 381.597 contos de lucros líquidos confessados! Mas o ministro salazarista entende que isto ainda é pouco, e, por isso, seguindo o lema de Salazar («o povo pode e deve pagar mais») quer forçar os portuenses a contribuírem com mais 10.000 contos para a bolsa dos tubarões.

O povo do Porto tem lutado e continuará a lutar contra este arbitrário e ilegal roubo. Forçada pelo povo, teve a Câmara Municipal de protestar contra o despacho do Ministro e requerer ao Supremo Tribunal que considere ilegal, e portanto inaplicável, tal despacho.

O custo da vida sobe de dia para dia. É necessário que o povo se levante contra tal estado de coisas. Lutar contra o aumento do preço das tarifas eléctricas é lutar contra a vida cara.

escandalosa que mesmo na Assembleia Nacional um dos deputados salazaristas atacou o ministro declarando: «*Desta sorte liquida-se uma forma de defesa da lavoura (as cooperativas) em holocausto à panaceia da concentração (monopolista)*».

Contudo, os produtores de leite da Madeira que já em 1936 se levantaram em peso para rechaçar uma outra tentativa de monopolização dos lacticínios, têm protestado por várias formas contra o decreto do ministro da Economia e levantar-se-ão em massa, se tanto for necessário, para defender os seus interesses.

MAIS MONOPÓLIOS!

Depois dos decretos de concentração monopolista que lançaram no desemprego centenas de operários e arruinaram dezenas de pequenos industriais da moagem (cerca de 60 empresas foram aniquiladas em proveito dos tubarões

da «Portugal e Colónias») e do corte e preparação do pêlo (24 fábricas foram substituídas pela empresa monopolista Cortadoria Nacional de Pêlo), o Ministro da Economia anunciou já a publicação próxima de 13 outros decretos de concentração monopolista.

Uma das primeiras indústrias que sofrerá a acção do Ministro será a cutelaria. É intenção do governo fechar dezenas de pequenas e médias empresas desta indústria, nas quais trabalham cerca de 2.000 operários.

Depois caberá a vez às indústrias conserveira, corticeira, vidreira, metalúrgica, têxtil, etc., etc. Dezenas de milhares de operários serão lançados no desemprego. Centenas de pequenos e médios industriais serão arruinados.

Urge organizar a luta contra a política monopolista do governo! Só a acção vigorosa dos operários exigindo trabalho e opondo-se ao encerramento das fábricas, e dos pequenos e médios industriais defendendo os seus interesses contra a política monopolista do governo, pode deter a mão criminosa do ministro salazarista.

Exigi a demissão do Ministro dos monopólios, Eng.º Ferreira Dias

legações, hostilizando por todos os meios a Com. Administrativa, etc.

Nesta sua luta, os estudantes coloniais têm sido inteira e activamente apoiados pelas Associações Académicas de Lisboa e Coimbra numa bela manifestação de fraternidade estudantil.

Os ministros e os seus lacaios da Com. Administrativa têm tentado intimidar os estudantes coloniais, e fecharam as delegações da C.E.I. em Coimbra e no Porto.

Mas na medida em que os estudantes continuam a sua luta unidos e firmes como até aqui, será o governo que terá de recuar: a Com. Administrativa será dissolvida e as delegações de Coimbra e do Porto serão reabertas.

A LUTA ARMADA EM ANGOLA

(continuação da 1.ª pag.)

timos representantes do povo de Angola dirigiram apelos solenes ao governo de Salazar para que se encerrassem negociações com vistas a abrir o caminho pacífico para a autodeterminação do povo angolano. Para estes apelos e propostas, Salazar não encontrou outra resposta além do redobrar das prisões e atrocidades.

Agora que estalou a luta armada, todos os portugueses verificam como eram justificadas as advertências do Partido Comunista Português quando denunciava repetidamente o agravamento da repressão salazarista nas colónias e a preparação por Salazar duma guerra colonial.

Os combates de 4 de Fevereiro vieram também destruir as ilusões dos que crêem que «nas nossas colónias não há conflitos graves, não há ambiente para a guerra»; eles demonstram que a repressão salazarista, por mais cruel e eficiente que seja, é incapaz de impedir a organização dos povos oprimidos e a sua luta armada pela independência.

Não é lançando sobre Angola milhares de soldados, paraquedistas e polícias que o governo salazarista pode evitar que a luta libertadora dos povos coloniais siga o seu curso. Nas fábricas, nas roças, nas cidades, os angolanos organizados no Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e na União dos Povos de Angola (UPA) levam por diante a luta pela independência, contra a opressão portuguesa. É evidente que, mesmo que sejam derramados rios de sangue, esta luta só poderá terminar com a independência de Angola e com a derrota dos colonialistas portugueses. Que posição deve tomar o povo português perante estes acontecimentos?

Aliados do povo português

Os povos de Angola e das outras colónias, que lutam pela sua independência, não ameaçam quaisquer interesses do povo português. Não são os trabalhadores portugueses que lucram com a exploração desenfreada dos trabalhadores negros nas roças, nas minas, nas fábricas. São os roceiros, é a CUF, são os grandes monopólios internacionais que enriquecem com a escravidão dos povos coloniais e que encontram aí força para continuar a oprimir também o povo de Portugal. A grande burguesia e o governo de Salazar que lhe defende os interesses são os verdadeiros inimigos tanto do povo português como dos povos de Angola, Moçambique e das outras colónias. Os povos das colónias em luta pela sua independência são poderosos aliados do nosso povo na luta pelo derrubamento do fascismo.

O Partido Comunista Português reconhece o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação, à imediata e completa independência, e apoia a sua luta libertadora. O Partido Comunista chama o povo de Portugal a levantar-se contra a guerra colonial.

Apelo ao povo de Portugal

Portugal está à beira da guerra colonial. Salazar prepara-se para fazer de Angola uma nova Argélia ou um novo Congo. Sem o forte movimento popular pode impedir que o nosso País seja arrastado pelo governo fascista para uma tal guerra.

Trabalhadores! manifestai nas fábricas e nos campos a vossa oposição

à guerra. Organizai debates em que todos os trabalhadores sejam esclarecidos sobre os perigos de guerra colonial.

Mulheres de Portugal! os vossos filhos, maridos, noivos e irmãos estão a ser levados para a manança de uma guerra injusta donde muitos não voltarão. Protestai contra os embarques de expedicionários, contra as mobilizações.

Soldados, marinheiros, aviadores! Como filhos do povo, deveis recusar-vos a levantar as armas sobre os povos oprimidos das co-

lónias, que lutam pela sua independência. As Forças Armadas devem defender o povo português e não os seus tiranos, os governantes salazaristas, traidores da Nação.

Que todos os portugueses exijam a cessação das execuções e das atrocidades sobre o povo de Angola e a libertação das centenas de patriotas angolanos presos. Reclamemos: Nem mais um soldado para as colónias! Regresso das tropas! Negociações com os verdadeiros representantes dos povos das colónias! Abaixo a guerra colonial!

CASTIGO PARA OS ASSASSINOS DE PATRICE LUMUMBA!

As vidas de PATRICE LUMUMBA, M'POLO e OKITO, heróis do povo congolês, foram cruelmente suprimidas pelos traidores Tchombé, Kasavubu e Mobutu a soldo dos colonialistas belgas. O massacre das preciosas vidas destes grandes patriotas do povo do Congo mostra até onde estão dispostos a ir os que durante séculos têm escravizado os povos africanos, afim de manterem o odioso colonialismo.

A humanidade exige que as responsabilidades sejam apuradas e que os criminosos recebam o justo castigo dos seus crimes.

Os Tchombé, Kasavubu e Mobutu são simples fantoches. O povo congolês dar-lhes-á a paga merecida. Os maiores responsáveis estão fora do Congo. São os colonialistas belgas da Societé Général de Belgique, da Forminière e outros grandes potentados e os seus cúmplices de Wall Street, da City e do capital financeiro internacional os que estão por detrás dos assassinatos de Lumumba, M'Polo e Okito e dos horrores e sofrimentos que cairam sobre o povo do Congo. Na conspiração que preparou e levou a cabo o massacre dos três heróis congolêses aparece com um relevo especial o papel sinistro do Secretário Geral da ONU, esse laçao do imperialismo que tudo fez para impedir a saída das tropas colonialistas belgas e para armar o braço dos assassinos.

Os povos não podem permitir que este miserável crime fique impune, não podem permitir que um servil laçao do imperialismo continue a dispor dos recursos da organização internacional — que deveriam estar ao serviço da paz e da liberdade dos povos — em benefício duma camarilha reaccionária.

O povo português, ao lado de todos os povos do mundo exige o castigo dos assassinos! Protestemos contra o cobarde assassinato de Lumumba, M'Polo e Okito! Que cessem as atrocidades no Congo! Que seja demitido o laçao imperialista Hamarskjoeld do cargo de Secretário Geral da ONU!

LIBERDADE PARA O POVO DO CONGO!

OS POVOS RECLAMAM: AMNISTIA EM PORTUGAL!

A 2.ª Conferência Pró-Amnistia

O ano de 1961 começou mal para o governo fascista de Salazar. De todos os cantos do mundo se levantam acusações contra o regime de violência existente em Portugal e aumenta sem cessar a solidariedade ao povo português.

Em Montevidéu, acaba de ter lugar a 2.ª Conferência Latino-Americana Pró-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal. 546 delegados representando 173 organizações do Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Chile e outros países da América Latina, iniciaram no dia 27 de Janeiro, em ambiente de emoção, os debates sobre a ajuda a prestar aos povos da Península Ibérica martirizados pelo fascismo.

Enquanto a Conferência decorria, milhares de telegramas e mensagens de apoio chegavam à presidência, vindos dos quatro cantos do mundo.

Recebida com o maior carinho, a delegação portuguesa de que faziam parte destacadas personalidades no exílio, como o Prof. Rui Luís Gomes, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Serônio e Rodrigo de Abreu, apresentou à Conferência novos testemunhos sobre o regime de terror imperante em Portugal. Entre as numerosas intervenções,

destacou-se a do delegado espanhol, dr. Eduardo Ortega y Gasset, que mostrou como o apoio dos Estados Unidos permite aos ditadores Franco e Salazar prosseguir na sua onda de crimes na Península.

No final, e depois de aprovar por unanimidade o relatório do Comité Permanente Latino-Americano, os delegados tomaram importantes resoluções, de que destacamos:

—reclamar de novo dos governos de Franco e Salazar uma amnistia completa aos presos e exilados políticos;

—aumentar a solidariedade aos presos políticos e suas famílias, por todas as formas;

—intensificar a luta para pôr fim às torturas e espancamentos aos presos;

—apresentar à Comissão dos Direitos do Homem da ONU documentação que prova a violação dos direitos humanos nos dois países da Península, a fim de que o caso seja levado à discussão da Assembleia Geral da ONU.

Foi ainda resolvido convocar para Março, em Paris, uma Conferência Europeia Pró-Amnistia e preparar desde já a reunião de uma Conferência Mundial.

PLENO DO C.G.

DO P. COMUNISTA

DA UNIÃO SOVIÉTICA

Em Janeiro último, realizou-se uma importante reunião plenária do Comité Central do P.C.U.S.. Nessa reunião, ao mesmo tempo que foi feito um balanço dos enormes progressos realizados desde 1953 pela agricultura soviética, foram também discutidas várias deficiências que estavam a prejudicar o desenvolvimento agrícola de algumas regiões da URSS. O Comité Central tomou decisivas medidas para um progresso ainda mais veloz da agricultura soviética com vistas a melhorar o nível de vida do povo e alcançar rapidamente os E.U.A. na produção por habitante.

A imprensa burguesa procura explorar algumas deficiências analisadas nesta reunião para prosseguir a sua habitual campanha de calúnias. Mas as calúnias não podem modificar os factos.

A análise pública das insuficiências e erros cometidos é uma das características da democracia socialista, e não é um sinal de fraqueza, mas sim de uma grande força e honestidade. Só um partido que goza da plena confiança do povo pode proceder assim.

A imprensa reaccionária pode continuar a ladrar, mas a agricultura soviética progride e continuará a progredir a um ritmo impraticável num país capitalista, e dará a sua contribuição à realização próxima do sonho mais belo da humanidade: a sociedade comunista.

O pleno do Comité Central decidiu também convocar para 17 de Outubro o XXII.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Solidariedade de todos os continentes

Estão a ter lugar em todo o mundo muitas outras acções de solidariedade aos anti-fascistas portugueses que nos é impossível noticiar: destacamos, contudo, o grande comício realizado em Moscovo, onde exilados portugueses e espanhóis falaram sobre a situação dos presos políticos na Península Ibérica; as manifestações anti-fascistas defronte dos consulatos de Portugal em Toronto (Canadá) e Nova Iorque; a carta que a União dos Juristas Checoslovacos dirigiu ao Ministro da Justiça de Salazar, na qual se reclama liberdade para o destacado dirigente comunista Francisco Miguel; etc.

A solidariedade popular que não cessa de crescer em todos os continentes cria melhores condições para o desenvolvimento de uma ampla Campanha Nacional pela Amnistia. Fortalecido com o apoio dos povos de todo o mundo, o nosso povo pode e deve alargar desde já a sua luta pela libertação dos presos políticos, dando-lhe uma força irresistível. Em frente na luta pela Amnistia!